

# A comunicação subjacente à cultura do desperdício: o desenvolvimento sustentável como linha de fratura na produção capitalista

## RESUMO

O presente artigo pretende discutir as linhas de força e de fratura que, subterrâneas, 'comunicam' uma dinâmica de poder, dinâmica que escapa à muitas das análises que entrelaçam consumo e comunicação com o mercado. Pretende-se mostrar que, tão importante quanto discutir as novas estratégias de produção de sentido na comunicação, é analisar o que os impactos sociais do estímulo ao consumo e à cultura do desperdício, em si, comunicam; ou seja, esmiuçar suas conseqüências humanas, bem como as linhas de fuga possíveis que atravessam o dispositivo 'mercado'.

## ABSTRACT

This article discusses the lines of force and fracture which communicate an underlying dynamics of power. This article also intends to show that as important as the communication strategies, are also the analyses about the social impacts and what they communicate by themselves. It's necessary to scrutinize their human consequences, as well as the .... lines that go through the 'market' device.

## PALAVRAS-CHAVE (KEY WORDS)

- Práticas discursivas (*Discursive practices*)
- Comunicação (*Communication*)
- Consumo (*Consumption*)

Luciane Lucas dos Santos

ESPM/SP - UERJ

*Os corpos coletivos sempre têm franjas ou minorias que reconstituem equivalentes de máquinas de guerra, sob formas por vezes muito inesperadas, em agenciamentos determinados tais como construir pontes (...) ou então emitir juízos, instaurar uma ciência, uma técnica.*

Gilles Deleuze

## Novos domínios de força, novas linhas de fuga: a sustentabilidade como o lugar da diferença

Há razões para supor que o cenário contemporâneo evidencia uma mudança nas instâncias de Saber, Poder e Subjetividade<sup>1</sup>. Uma análise, ainda que breve, das práticas discursivas – que constitui, segundo Foucault, um eixo metodológico – permite entrever transformações subterrâneas no modo de produção de sentido, seja porque novas formas de saber, de acordo com os parâmetros da sociedade de controle, originam novas estratégias de poder e de estriamento da subjetividade, seja porque linhas de fratura sugerem intervenções sociais na lógica da sociedade de consumo. Embora haja evidências indiscutíveis de que as estratégias comunicacionais das organizações se construam a partir da dimensão simbólica da aparência, servindo aos propósitos de uma estética do descartável, surgem, em contrapartida, 'modos de fazer' que, no dizer de Certeau, "curto-circuitam as encenações institucionais" (1994, p. 41). E embora Certeau não tenha concluído isto, acredita-se que muitas destas táticas desviacionistas advenham de articulações da sociedade civil, com suas operações microbianas de resistência à lógica capitalista. Interessa-nos observar, entretanto, como estas operações

de resistência ganham autonomia e alteram a dinâmica dos dispositivos de poder, especialmente deste dispositivo chamado “mercado”. Mais precisamente, interessados o resultado dessa luta, em que não há exatamente oponentes<sup>2</sup>, mas novas formas de interlocução e intervenção, a partir das quais surgem indícios de uma reinvenção simbólica. Se o poder se configura agora pela capacidade de reprogramar o sentido das práticas cotidianas - tanto das que apostam na dominação quanto daquelas que surgem como resistência - é fato que, no jogo destas diferenças, alterações irreversíveis na lógica do capitalismo começam a ser gestadas.

A aposta no desenvolvimento sustentável é um destes sintomas, evidenciando uma fissura irreversível no modo de produção capitalista: a partir do momento em que acordos multilaterais obrigam países e organizações do mundo todo a rever os impactos de suas indústrias, as estratégias comunicacionais alicerçadas na lógica da aparência correm o risco de não garantir a mesma performance na sociedade de consumo - sociedade que, paradoxalmente, convida a uma comunicação de superfície. Algumas conclusões de Baudrillard podem nos ajudar a entender esta contradição. Embora acredite que são os desvios que capitalizam e fazem prosperar o sistema, Baudrillard afirma que este mesmo sistema se torna ineficaz “quando os respectivos gastos são iguais ou superiores ao seu rendimento” (1995, p. 35-6). Ora, parece ser exatamente este o ponto em que a sociedade contemporânea está, em que as desigualdades acirradas pela máquina de consumo colocam em xeque a sua performance - à medida que “os consumos ‘disfuncionais’, individuais ou coletivos, aumentam mais depressa que os consumos ‘funcionais’, o sistema, no fundo, [se torna] parasita de si mesmo” (Baudrillard, 1995, p. 36).

É possível argumentar que o desenvolvimento sustentável logo será ponto de apoio para suscitar práticas discursivas de estímulo ao consumo, só que agora em no-

vas bases, já que os investimentos publicitários apresentam reduções progressivas e têm sido substituídos por novas estratégias comunicacionais, alicerçadas no valor da imagem. Cabe, entretanto, observar que, se a sustentabilidade, como prática discursiva, pode reduzir-se a um argumento de valorização de marcas, a incidência com que se evoca o tema nos acordos internacionais - como resultado, sem dúvida, de uma pressão mundial constante - demonstra que, talvez, esta mudança no plano do discurso se reporta a uma outra que lhe antecede e que acontece no modo como as relações sociais e de produção se dão. Longe de se restringir ao campo próprio do discurso como fato lingüístico, o aparecimento de novos modos de saber, que evidenciam o sentido subterrâneo das práticas sociais, “ganham corpo em conjuntos técnicos, em instituições, em esquema de comportamento, em tipos de transmissão e de difusão” (Foucault, 1997, p. 12).

### **Desigualdades subterrâneas: o sistema capitalista visto de dentro**

Embora alguns autores, como Canclini<sup>3</sup>, vejam no consumo uma via de confirmação da cidadania, há evidências - e o próprio Canclini menciona algumas - de que, ampliado pelas perspectivas da globalização, o consumo tenha acirrado ainda mais o quadro de desigualdades. Do modo como atualmente se configura, com alicerces em uma cultura do desperdício, o mercado só confirma que “não é universalizante, homogeneizante; é [antes] uma fantástica fábrica de riqueza e miséria” (Deleuze, 1992, p. 213).

Contudo, se este é um ponto aparentemente indiscutível, parece escapar, às vezes, aos estudos da comunicação, o entendimento mais profundo desta lógica, no exato ponto em que se torna controverso relacionar consumo e cidadania, quando há evidências de que o aumento no acesso das minorias ao consumo, ainda que de servi-

ços básicos, não resolve o problema de justiça social. O efeito é perverso, mas a lógica do desperdício, de que o sistema capitalista está impregnado, não exime o acesso ampliado às minorias de produzir ainda mais pobreza; logo, de alimentar o círculo vicioso que relaciona, globalmente, aumento de consumo, degradação ambiental e produção de miséria.

A questão é simples: no atual ritmo de uso, não há recursos naturais para todos e quanto mais se desperdiça em uma ponta, menos sobra para a outra. Neste caso, aumentar as condições de consumo das minorias sem rever a lógica especulatória e de descartabilidade que começa na exploração dos próprios recursos necessários à produção (como petróleo, por exemplo), tende a oferecer um efeito de superfície, mas não resolve a questão, já que esta descompensação ambiental também gera seu revés, com efeitos que sempre se fazem acompanhar de produção de miséria. Que o digam os 50 milhões de ‘refugiados ambientais’ espalhados ao redor do mundo por conta de catástrofes naturais causadas por mudanças climáticas. E é bom lembrar que a maior parte destas mudanças são oriundas dos critérios de produção e consumo adotados nos inúmeros países, mas cuja força se concentra naqueles em que vivem 12% da população mundial. Mesmo quando as mudanças climáticas apontam para uma ocupação territorial inadequada, por conta de formas não-sustentáveis de sobrevivência, o que vemos por baixo desta evidência é a necessidade de fazer frente a uma situação em que a desigualdade predomina.

O conceito de “pegada ecológica”, visto mais a fundo, permite entender o que comunicam as linhas de força nem sempre visíveis da sociedade de consumo. Segundo a WWF, a pegada ecológica evidenciará “quanto de terra e água é necessário para se produzir tudo o que uma pessoa consome – o que ela come, o que veste e outros bens de que ela precisa para sustentar seu estilo de vida, além de todos os resíduos que o seu consumo gera”. Ora, par-

tindo deste raciocínio, chegou-se aos seguintes paralelos: se na década de 60, cada um de nós tinha 6 hectares de terras produtivas disponíveis, este número baixa, hoje, para 1,1 hectare por habitante, com a perspectiva de que, em 2050, chegue a 0,9 hectare, caso a degradação ambiental não se torne ainda mais crônica<sup>4</sup>. Naturalmente, ninguém duvida de que os que já estão acostumados a números mais generosos, continuarão no seu ritmo de consumo (se não o acelerar, já que esta é a lógica), o que significa que há grandes chances de que alguém fique com menos de 0,9 em 2050, a fim de manter o estilo de vida de quem jamais se acostumará com este índice. E a tomar pelo ritmo com que as mudanças climáticas vêm acontecendo, como resultado de um modelo de consumo e produção<sup>5</sup> que se alicerça em uma descartabilidade crescente, é de se supor que o número de refugiados ambientais cresça e que a pobreza relativa a uma ocupação cada vez mais desordenada dos espaços urbanos se torne mais aguda.

Quando dizemos que a lógica do desperdício não exime esta inserção de minorias no universo do consumo de produzir ainda mais pobreza, queremos dizer, com isso, que as respostas do ecossistema não acontecem em termos retilíneos de causa e efeito; antes seguem uma lógica combinatória, em que as partes do todo se afetam mutuamente, mas não do mesmo modo. Assim, apesar de haver uma comprovada concentração de renda, produção e consumo em áreas específicas – a ponto de se ter 80% da produção, do consumo e da renda em países com menos de 20% da população mundial<sup>6</sup> –, o ecossistema, em si, desconhece critérios de repartição de ônus. Como consequência, o desequilíbrio nestas áreas logo gera seus efeitos em outras partes do globo. Se não há dúvidas de que a cultura do consumo, baseada em uma estética do descartável, pode promover mudanças climáticas significativas a médio e longo prazo – seja pelos critérios de produção envolvidos; seja pela natureza, quanti-

dade e procedimentos de descarte do lixo gerado –, há evidências de que estas mudanças climáticas estão por trás do número cada vez maior de desastres naturais, assim como estes mesmos desastres, independente do que ou de quem os tenha estimulado, atingem mais os países pobres. Um estudo recente da ONU confirma esta premissa, ao afirmar que não só houve um aumento de 60% no número de pessoas afetadas por desastres naturais nos últimos dez anos, como “as pessoas mais vulneráveis a esses desastres são aquelas que moram em países em desenvolvimento”<sup>7</sup>. Estes dados se tornam ainda mais perturbadores quando comparados às últimas informações do Banco de Desenvolvimento Asiático, segundo o qual mais de dois milhões de pessoas, por conta do tsunami que atingiu o Sudeste da Ásia, podem ficar abaixo da linha de pobreza por conta das condições sanitárias e de saúde atuais. A BBC estende estes números, falando em mais de um milhão na Indonésia, cerca de 645 mil na Índia e 250 mil no Sri Lanka<sup>8</sup>.

Portanto, voltando à questão do consumo como exercício possível de cidadania, cabe lembrar a profundidade do paradoxo. Mesmo sendo o parâmetro de construção de identidades na sociedade contemporânea, o consumo, em seu atual modelo, não permite a inserção social. Para gerar mudanças, é preciso antes de mais nada que o Estado, através de suas políticas públicas e macrodecisões, seja um estimulador de parâmetros socialmente responsáveis de produção e consumo, articulando parcerias com a iniciativa privada que levem em conta a condição das empresas de fazer reverberar critérios por toda uma cadeia de valor. Dito de outro modo, a questão começa não por um maior acesso ao consumo, mas por parâmetros de produção, distribuição e consumo mais justos, fundamentando-os em dois pólos: desenlace cultural de uma estética do descartável e reinvenção das articulações entre capital e trabalho<sup>9</sup>. Sem conciliar estas duas coisas, redistribuição equânime da renda<sup>10</sup> e per-

cepção de que há limites para o uso de recursos (e portanto para a produção no modo como acontece e para o consumo no modo como se o estimula), não há como promover justiça social.

A globalização tornou este problema da desigualdade pela via do consumo ainda mais crônico, já que as decisões de mercado são tomadas em função de interesses econômicos. Se o fenômeno da globalização permitiu uma certa homogeneidade de padrões, frente à necessidade de competir em condições de igualdade no mercado externo, a discrepância entre ampliação de consumo e condição de vida evidencia que o estímulo ao consumo anda de mãos dadas com a geração de pobreza. Enquanto o consumo mundial pulou de US\$ 4,8 trilhões, na década de 60, para uma cifra atual de US\$ 20 trilhões<sup>11</sup>, cerca de 21 países apresentaram reduções em seu IDH apenas na década de 90. Bauman nos lembra um aspecto importante na mecânica de produção de sentido, ostentada pelo fenômeno da globalização. Segundo ele, “os centros de produção de significado e valor são hoje extraterritoriais e emancipados de restrições locais – o que não se aplica, porém, à condição humana, à qual estes valores e significados devem informar e dar sentido” (1999, p. 9). Assim, os gaps se ampliam e fortalecem em torno desta construção do simbólico. A pretensa mobilidade oferecida pela globalização constitui, ao contrário, novos domínios de saber e de poder, que se legitimam a partir de barreiras aparentemente não-econômicas, mas que tentam, a seu modo, ortopedizar pelo discurso de inclusão da diferença.

Cabe observar, entretanto, que fazer frentes a esta construção simbólica requer um outro modo de interação que já não é o da luta por oposição – trata-se, antes, de uma aposta nas operações microbianas de consumidores e agentes coletivos que vão alterando, aos poucos, a produção de sentido. É o que acontece quando se recria formas de impacto da globalização, aproveitando a existência de imensas cadeias de

negócio para capilarizar valores e fazê-los reverberar como parâmetro de funcionamento no mercado. Cláusulas contratuais e de serviços que proíbem o trabalho infantil ou escravo em toda uma cadeia de fornecedores ou, ainda, uso de critérios socioambientais para o fechamento de contratos e concessão de crédito começam a funcionar como requisitos mundiais para o acesso a mercados. Um exemplo que ilustra esta mudança é a adesão de bancos brasileiros aos Princípios do Equador. Segundo estes princípios, as empresas interessadas em obter empréstimos acima de US\$ 50 milhões – e são justamente essas cuja atividade produtiva pode ter efeito mais evidente, diante do tamanho da sua cadeia de negócios – precisam agora comprovar impacto socioambiental “positivo” se quiserem contar com investimentos para a perpetuação de seus negócios.

Sem dúvida, o que está por baixo destas novas regras é o trabalho cotidiano e microscópico de agentes coletivos que, como diz Deleuze, “sempre têm franjas ou minorias que reconstituem equivalentes de máquinas de guerra” (1997). O que importa observar aqui, entretanto, é que as táticas de resistência já não são as mesmas; antes fundamentam-se em uma ressignificação microbiana feita em solo dominante e por baixo das práticas discursivas das estruturas de poder, de modo a gerar progressiva inconsistência na força de suas afirmações à medida que as práticas sociais não o confirmem. Importa observar, também, que o resultado destas práticas de resistência tende a ir mais longe do que a oposição ao sistema capitalista, já que enxerta a possibilidade de uma nova lógica no modo de produção e consumo vigentes. A partir do momento em que acordos mundiais – de que Kyoto é um exemplo – sugerem, nas bordas do sistema, a criação de pactos que promovam resultados socioambientais positivos, especialmente nos pontos do globo onde a desigualdade é gritante, podemos dizer que estamos vendo a emergência de um paradigma, com novos critérios para a pro-

dução e o consumo. Sobre os atuais impactos da atividade produtiva e as alternativas que começam a se configurar no cenário contemporâneo é que vamos falar agora.

### **Produção e consumo na atividade produtiva: dissonâncias e alternativas**

Quando falamos de consumo, estamos falando não só de produtos, mas também dos recursos nele utilizados e dos dejetos produzidos. Esta conta embutida no exercício do consumo raramente é feita e, em geral, falamos apenas da descartabilidade da mercadoria sob o signo da moda. Mas o ônus vai além disso – e o consumo interno de recursos na atividade produtiva não só é alto, como gera impacto na qualidade de vida da comunidade do entorno e na sociedade como um todo. Enquanto uma fábrica de porcelanato precisa gastar em torno de 400 metros cúbicos de água por hora para sua produção<sup>12</sup>, “a falta de água limpa e de saneamento mata quase dois milhões de pessoas por ano”<sup>13</sup>. Esta descartabilidade diária, que integra uma cultura mais ampla do desperdício, só nos chama atenção quando pensamos no problema em larga escala: 19,7% dos habitantes do planeta não têm acesso à água potável e 45,2% vivem sem saneamento básico<sup>14</sup>.

Na verdade, existem vários problemas que a atividade produtiva gera por si só – problemas que vão aumentar a degradação ambiental e interferir na qualidade de vida das coletividades, caso mudanças qualitativas não sejam inseridas nas decisões políticas e operacionais das organizações. Cabe lembrar, por exemplo, que o consumo que o modelo capitalista tanto estimula é, antes de qualquer coisa, consumo de energia, e usualmente a geração de energia vem da exploração não-planejada (e ainda assim insuficiente) dos combustíveis fósseis. Uma incoerência e um verdadeiro impasse, já que vivemos a necessidade de gerar mais energia e estendê-la a

quem não tem acesso, na mesma proporção em que o mundo clama por uma descarbonização das economias - incluindo aí as que crescem, como são os casos da Índia, da China e do Brasil.

Este é um ponto importante que reflete não apenas o que uma ou outra empresa faz, mas o modo como se comportam setores inteiros da economia. Acrescente-se que os impactos da produção não se referem apenas ao aquecimento global e à degradação do meio ambiente, mas dizem respeito, também, à qualidade de vida dos trabalhadores - que, muitas vezes, são expostos a substâncias perigosas ou mesmo letais, como é o caso do amianto. Em situações comuns como esta, muitas incoerências nas comunicações interna e externa das empresas vêm à tona, no exato ponto em que afirmam, nos seus relatórios anuais, que são socialmente responsáveis sem mencionarem a opção pelo uso de substâncias que, barateando a produção, colocam em risco a saúde e a vida de seus trabalhadores.

Incorporar a sustentabilidade à produção e às macrodecisões do negócio é comprometer-se diária e efetivamente com uma mudança de cenário, desvinculando-se de uma lógica que já contém em si a produção de miséria. Não é tarefa fácil, considerando a opção usual pela visibilidade e pelo espetáculo inerentes à sociedade de consumo. Entretanto, o desenvolvimento sustentável aponta para transformações nas práticas sociais - transformações que podem, efetivamente, originar novas práticas discursivas. Convém lembrar que a sustentabilidade não se reduz à questão ambiental. Trata-se de um conceito guarda-chuva, sob o qual múltiplas preocupações repousam e entre si dialogam - da preservação ambiental de ecossistemas naturais ao desenvolvimento de cidades sustentáveis, passando pelo fortalecimento socioeconômico de comunidades e pela redução progressiva de desigualdades e impactos socioambientais resultantes da atividade produtiva ou da má gestão pública. Ou seja, desenvolvimento sustentável mescla

permanentemente três elementos que precisam estar em harmonia: o desenvolvimento econômico, a preservação dos ecossistemas e o desenvolvimento social.

O fato de basear-se em valores que afetam toda a concepção de negócio exige das organizações a reinvenção permanente dos seus "modos de fazer". No caso do porcelanato, por exemplo, uma fábrica de Santa Catarina, a Cerâmica Eliane, optou por reutilizar praticamente toda a água empregada no processo de produção, reciclando 95% da água que consome. Esta tem sido uma decisão importante para a localidade, já que devido à exploração do carvão em Santa Catarina, 60% dos seus rios estão contaminados e há constante racionamento de água<sup>15</sup>.

Mas se o reuso de recursos já é prática comum entre as empresas sustentáveis, há também aquelas que apostam em uma articulação entre preservação dos ecossistemas, desenvolvimento social e fortalecimento da economia local. Neste sentido, uma empresa pode reduzir seus dejetos e o impacto que eles provocam no ecossistema a partir de formas criativas de reaproveitamento dos resíduos e de compensação ambiental, descobrindo, em parceria com outros atores sociais, novos usos que gerem benefício para a economia local. Um exemplo disso é o dos joalheiros de Limeira, que transformam os resíduos tóxicos em corante para a indústria de louças e azulejos. Assim não só reduzem o lixo que sua atividade produtiva proporciona, como também geram um novo ciclo de sustentabilidade para os resíduos industriais.

Outra possibilidade é a capacitação de pequenos fornecedores locais, resgatando o princípio de compromisso com o desenvolvimento da localidade. Duas importantes contribuições nesta decisão: 1) garantir a capilaridade de valores éticos importantes por toda a cadeia de negócio, erradicando, no seu raio de alcance, problemas como trabalho infantil ou escravo; 2) conciliar atividades como aquisição de matéria-prima, compensação ambiental ou, ainda,

reaproveitamento de resíduos com geração alternativa de renda e emprego, dentro de uma prerrogativa de manejo sustentável. Há algumas iniciativas bem-sucedidas neste sentido. A Basf, em Guaratinguetá, conseguiu atrelar uma cadeia sustentável para seus insumos à geração de renda alternativa na comunidade em que atua. Na contramão do que usualmente se faz, que é disponibilizar o lixo para reciclagem, a Basf recebe garrafas PET dos catadores da comunidade e as reutiliza como insumo na produção de resina para tintas. A mineradora MRN, por sua vez, compra sementes produzidas pela comunidade e treina cerca de 300 ribeirinhos para produzir mudas para o reflorestamento<sup>16</sup>; assim, une as duas pontas de uma cadeia sustentável: proporciona geração alterativa de renda na aquisição das mudas e, depois, na atividade de compensação ambiental.

Como conceito, a sustentabilidade não se deixa reduzir à mera prática discursiva das organizações. Recusa-se, na essência, a estar nas dobras das linhas de força das práticas de poder, sendo, antes, uma tática de resistência que reside nas linhas de fratura do sistema – embora, é claro, o sistema procure também dele se apropriar. Sobretudo, a sustentabilidade, como proposta, recria uma fissura oportuna na lógica da sociedade de consumo. E, como tal, se aplica não só ao universo das organizações, como também à gestão das políticas públicas e dos espaços urbanos. Como adverte Deleuze, o jogo entre liso e estriado é próprio das sociedades de controle. Cabe-nos pensar, nós que buscamos uma agenda mais igualitária para o milênio, que se há a possibilidade de apropriação indevida, nas malhas do discurso, das idéias do desenvolvimento sustentável, ele também pode, nas bordas do sistema, conferir forças aos agentes coletivos e impregnar de novos sentidos a dinâmica da produção e do consumo. Trata-se de esgarçar os velhos modelos e, nas brechas que suas inconsistências deixam, produzir novas técnicas de resistência •

## Notas

- 1 Saber, Poder e Subjetividade são as três instâncias que Foucault vai assinalar nos dispositivos. Ver DELEUZE, Gilles. 'O que é um Dispositivo'. In: *O Mistério de Ariana*. Lisboa, Vega, 1996.
- 2 Deleuze tem contribuições importantes sobre esta lógica do poder na sociedade de controle, que já não se dá exatamente pela luta entre opostos, mas por uma estratégia de "ocupar um espaço aberto com um movimento turbilhonar cujo efeito pode surgir em qualquer ponto" (1997, p. 28). Deste modo, a fissura na lógica dominante acontece quando, no dizer deleuzeano, alisamos o estriado; ou seja, quando abrimos uma clareira na sua própria produção de sentido, promovendo novas funções, interpretações e conseqüências para suas práticas. Um modo de estar em território alheio e gerar, de dentro dele, estas mudanças pode ser exemplificado com o Greenpeace, em duas situações. No primeiro caso, o próprio Greenpeace desenvolveu uma tecnologia para geladeiras substituindo o HFC, que contribui para o efeito estufa, pelo isobutano. Com isso, conseguiu que a Bosch, visando ao mercado europeu, remodelasse todas as suas linhas de produção, sugerindo a mudança de parâmetros no cenário internacional. No segundo caso, o Greenpeace tem se tornado acionista de algumas empresas para garantir seu direito de voto e de intervenção nas macrodecisões destas organizações.
- 3 Canclini aponta o consumo como a possibilidade de um "exercício refletido de cidadania" (1995, p. 65), à medida que as identidades "atualmente [nele se] configuram, [dependendo] daquilo que se possui, ou daquilo que se pode chegar a possuir" (1995, p. 15).
- 4 Uniethos. "Gestão da Responsabilidade Social Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável", p. 36
- 5 Não se trata apenas do consumo individual, mas também, e principalmente, do consumo de recursos, por parte das empresas, para dar conta dos seus objetivos de produção. Os critérios adotados no modo de produção raramente levam em conta seu impacto socioambiental. A atividade produtiva, para atender às necessidades do mercado (inclusive as necessidades que ainda serão criadas), aposta em ritmos insustentáveis de extrativismo, de uso dos recursos não-renováveis e de exploração dos renováveis (desrespeitada, muitas vezes, a condição de

- regeneração do ecossistema). Um exemplo disso é o uso da água que, sabemos, não existe na abundância que se previa. Enquanto muitas empresas não planejam o uso da água na sua produção, 19,7% da população do planeta não tem acesso à água potável.
- 6 Uniethos. *Gestão da Responsabilidade Social Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável*, p. 6
- 7 DESASTRES naturais afetaram 2,5 bilhões, diz ONU. Disponível no site Ambiente Brasil, <http://www.ambientebrasil.com.br/noticias/index.php3?action=ler&id=17677>
- 8 TSUNAMI pode deixar 2 milhões de pessoas pobres. BBC Brasil.com, 13 jan 2005. Disponível no site da BBC.com em [http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2005/01/050113\\_pobrezadtl.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2005/01/050113_pobrezadtl.shtml)
- 9 As linhas de fuga do dispositivo 'mercado' estão justamente nestas reinvenções do modo de produção capitalista. Aumentar a sustentabilidade da cadeia de produção, correlacionando a uma política de reaproveitamento de resíduos com geração de renda e desenvolvimento da economia local pode ser uma alternativa. Outra poderia ser o reaproveitamento de resíduos como matéria-prima, como faz a Basf, que compra garrafas PET dos catadores locais e as utiliza como insumo na produção de tintas. Com isso, gera alternativa de renda, reduz o lixo e cria uma cadeia sustentável de produção.
- 10 Esta redistribuição pode, por exemplo, começar em casa; ou seja, as organizações podem contribuir para isto, reduzindo os impactos socioeconômicos que sua atividade produtiva gera, ao capacitar mão-de-obra e fornecedores locais e apostar no desenvolvimento sustentável da economia local.
- 11 Uniethos. "Gestão da Responsabilidade Social Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável", p. 6.
- 12 CERÂMICA reutiliza água para continuar competitiva. *Gazeta Mercantil*, 20, 21 e 22 jun. 2004, A-9.
- 13 Cf. relatório Estado do Mundo 2003. Ver Uniethos. "Gestão da Responsabilidade Social Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável", p. 7.
- 14 Ver <http://www.pnud.org.br/idh>
- 15 CERÂMICA reutiliza água para continuar competitiva. *Gazeta*, 20, 21 e 22 jun. 2003, A-9.
- 16 INSTITUTO ETHOS. *O compromisso das empresas com as Metas do Milênio*. São Paulo: Ethos, 2004.

## Referências

BAUDRILLARD, J. *A sociedade de consumo*. Lisboa: Relógio D'Água, 1995.

BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as conseqüências humanas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano. Artes do fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

\_\_\_\_\_. "O que é um dispositivo". In: *O mistério de Ariana*. Lisboa, Vega, 1996.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs - capitalismo e esquizofrenia*, vol. 1-5. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995-1997.

FOUCAULT, Michel. *Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982)*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

\_\_\_\_\_. *A Verdade e as Formas Jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau, 1999.

GIDDENS, A.; HUTTON, W. *No limite da racionalidade: convivendo com o capitalismo global*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

INSTITUTO ETHOS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL. *O compromisso das empresas com as Metas do Milênio*. São Paulo: Ethos, 2004.

UNIETHOS. *Apostila Gestão da Responsabilidade Social Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável*. São Paulo: Uniethos, 2004.

## Artigos de jornais

BRASIL e China precisam descarbonizar, diz ONG. *Folha de São Paulo*, 14 dez 2004.

CERÂMICA reutiliza água para continuar competitiva. *Gazeta Mercantil*, 20, 21 e 22 jun. 2003.



---

DESASTRES naturais afetaram 2,5 bilhões, diz ONU. Disponível em <http://www.ambientebrasil.com.br/agenda>.

ETERNIT prepara esquema em defesa da produção de amianto no país. *Valor Econômico*, 18 jan 2005.

INVESTIMENTO italiano pode ser dirigido a projetos no Brasil. *Gazeta Mercantil*, 14 dez 2004.

MINC, Carlos. Tecnologias limpas. *Jornal do Brasil*, 2 fev. 2004. Opinião.